
***Instituto de Pesquisa
Ambiental da
Amazônia – IPAM***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Instituto de Pesquisa Ambiental
da Amazônia – IPAM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM ("Instituto" ou "IPAM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental
da Amazônia – IPAM

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 23 de setembro de 2019

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Contadores Públicos Ltda.
CRC 2SP023173/O-4

MarcosMagnussondeCarvalho

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em reais

Ativo	Notas	2018	2017	Passivo e patrimônio social	Notas	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	825.994	760.178	Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.684.691	1.525.884
Recursos vinculados a projetos	5	3.802.134	5.839.040	Obrigações tributárias		183.645	159.646
Contratos a receber	6	972.595	946.055	Valores a pagar para projetos		-	7.506
Adiantamentos concedidos	7	86.598	108.706	Obrigações com fornecedores		228.464	246.045
Outros créditos		2.608	7.221	Contratos a executar	10 e 11	4.308.562	6.016.122
Total do Ativo Circulante		5.689.929	7.661.200	Total do Passivo Circulante		6.405.362	7.955.203
Não circulante				Não circulante			
Outros créditos		-	26.541	Provisão p/ contingências	12	86.222	-
Imobilizado	8	212.465	111.186	Total do Passivo não Circulante		86.222	-
Total do Ativo não Circulante		212.465	137.727	Patrimônio social			
Total do ativo		5.902.394	7.798.927	Patrimônio social	14	(156.276)	1.015.822
				Déficit do exercício		(432.914)	(1.172.098)
						(589.190)	(156.276)
				Total do passivo e do patrimônio social		5.902.394	7.798.927

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Notas	2018	2017
			<small>Reapresentado (nota 3.18)</small>
RECEITAS DE OPERAÇÕES PRÓPRIAS		1.809.622	2.087.230
Taxa de administração/agências financeiradoras	15	1.809.622	2.010.546
Doações		-	2.428
Outras receitas operacionais		-	74.256
DESPESAS OPERACIONAIS		(2.227.871)	(3.281.878)
Salários e encargos sociais	16	(1.030.019)	(1.407.279)
Consultorias e serviços	17	(296.527)	(167.253)
Despesas com viagens		(312.661)	(172.289)
Despesas com utilidades e alugueis	18	(572.614)	(261.935)
Depreciação e amortização		(27.994)	(80.158)
Despesas gerais	19	(338.954)	(380.393)
Provisão para encerramento de projetos	20	(46.429)	(768.257)
Ganhos com encerramento contratos	20	505.808	-
Outras receitas/despesas operacionais		(108.481)	(44.314)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS		(14.665)	22.550
Receitas financeiras		59.970	49.816
Despesas financeiras		(74.635)	(27.266)
DÉFICIT DAS OPERAÇÕES PRÓPRIAS		(432.914)	(1.172.098)
RESULTADO DE OPERAÇÕES EM PARCERIAS			
RECEITAS DE PROJETOS		18.738.732	20.940.197
CUSTOS DE PROJETOS		(18.738.732)	(20.940.197)
Salários e encargos sociais		(10.012.704)	(10.379.846)
Consultorias e serviços		(2.002.214)	(1.619.789)
Despesas com viagens		(2.239.975)	(4.347.097)
Parcerias Técnicas		(3.439.160)	(3.095.809)
Outros custos dos projetos		(1.044.679)	(1.497.656)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(432.914)	(1.172.098)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	2018	2017
Déficit do Exercício	(432.914)	(1.172.098)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(432.914)	(1.172.098)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio Social	Déficit Acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.337.075	(321.253)	1.015.822
Alocação do déficit acumulado	(321.253)	321.253	-
Déficit do exercício	-	(1.172.098)	(1.172.098)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.015.822	(1.172.098)	(156.276)
Alocação do déficit acumulado	(1.172.098)	1.172.098	-
Déficit do exercício	-	(432.914)	(432.914)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(156.276)	(432.914)	(589.190)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>Notas</u>	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Déficit do exercício		(432.914)	(1.172.098)
Depreciação	8	27.994	80.158
Venda de Imobilizado		-	42.811
Ganhos/perdas término de contrato		(459.378)	-
Provisão de contingência		86.222	-
(Aumento) Redução nos ativos			
Recursos vinculados a projetos		2.036.906	2.279.159
Contratos a receber		-	(20.796)
Adiantamentos Concedidos		48.647	18.227
Outros Créditos		6.795	10.161
Aumento (redução) nos passivos			
Obrigações Sociais e Trabalhistas		158.806	150.553
Obrigações Fiscais e Tributárias		23.999	21.401
Obrigações com Fornecedores		(25.262)	(104.205)
Valores a pagar para projetos		-	(10.293)
Contratos a executar		(1.273.535)	(1.696.844)
Outras Obrigações a Pagar		-	(428)
Títulos de capitalização/cauções		-	-
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais		198.280	(402.194)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de Imobilizado	8	(259.381)	(7.137)
Baixa de Imobilizado		126.916	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(132.465)	(7.137)
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalente de caixa		65.815	(409.331)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	760.178	1.169.509
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4	825.993	760.178

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM (“Instituto” ou “IPAM”) é um Instituto de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 1995 com a missão de contribuir para um processo de desenvolvimento da Amazônia que atenda às aspirações sociais e econômicas da população, ao mesmo tempo em que preserva as funções ecológicas dos ecossistemas da região. As atividades desenvolvidas no IPAM estão estruturadas em 4 eixos estratégicos:

Governança Socioambiental – Fortalecer a criação e implementação de políticas públicas, coletivos e instituições que apoiem a melhoria da gestão e uso sustentável dos recursos naturais.

Incentivos Econômicos para a Sustentabilidade – Promover iniciativas de financiamento e mecanismos de mercado para fortalecer a governança socioambiental e a produção sustentável.

Fortalecimento de atividades produtivas sustentáveis – Apoiar a produção rural que otimize o uso do solo, conserve a integridade dos recursos naturais e promova segurança alimentar e renda.

Vulnerabilidade e adaptação socioambiental: Avaliar a vulnerabilidade e potencial de resiliência ambiental às mudanças climáticas e das políticas públicas para propor estratégias de mitigação e adaptação.

Operação Administrativa: Em 2018, a operação do IPAM processou mais de 6.000 solicitações (processos de pagamentos, solicitação de passagens, diárias, reembolsos, implementação de projetos, pedidos para Departamento Pessoal, passagens aéreas, etc.) para gerenciar os 68 projetos que tiveram execução no ano de 2018 (43 projetos em 2017).

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), notadamente a RESOLUÇÃO CFC N.º 1.409/12 “ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros”, evidenciam todas as informações próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 23 de setembro de 2019.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais práticas contábeis

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis aplicadas na elaboração destas informações em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com exceção da adoção inicial em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47- Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros conforme descrito abaixo, sem impactos relevantes. A aplicação do CPC 47 em 2018 traz os princípios que a Entidade aplicará cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Não foram identificados efeitos da adoção retrospectiva com efeito cumulativo do CPC 47 em 2018.

O efeito prático da aplicação do CPC 48 em 2018, refere-se principalmente a: (i) substituição do modelo de mensuração de provisão para devedores duvidosos de "perda incorrida" para o modelo prospectivo de "perda de crédito esperada" e; (ii) alteração da classificação e mensuração dos ativos financeiros. A classificação contém agora três principais categorias para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, as quais passaram a ser baseadas no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

3.1 Regime de escrituração contábil

O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios. As receitas e as despesas são reconhecidas no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos. Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o prazo de um ano contados a partir de 31 de dezembro de 2018, foram classificados como circulantes e os valores com prazos superiores a um ano, foram classificados como não circulantes.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Instituto pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente a valor justo na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente a valor justo na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.4 Ajuste a valor presente

De acordo com a NBC TG 12 – Ajuste a valor presente, o Instituto analisou suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e passíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante, portanto, não houve impactos dessa natureza em suas Demonstrações Financeiras.

3.5 Caixa e equivalente de caixa

Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significante de mudanças de valor. São avaliadas pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado.

3.6 Recursos vinculados a projetos

Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujos valores estão separados em contas por projeto e sua alocação está diretamente ligada ao projeto ao qual se refere.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

3.7 Contratos a receber

Nessa rubrica são registrados os montantes a receber dos financiadores decorrentes de projetos parcialmente ou totalmente. Ao final de cada projeto, é realizada uma avaliação do risco existente de realização do saldo e constituída a provisão para devedores duvidosos, se houver risco de não recebimento dos saldos. Ao final de cada exercício, a administração avalia se a movimentação de cada projeto gera um crédito ou obrigação com cada financiador, e mantém o saldo na rubrica "Contratos a executar" (obrigação) ou na rubrica "Contratos a receber" (crédito).

3.8 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como "Bens com restrição de uso".

Os bens com restrição de uso são registrados no momento de sua aquisição e, nesse mesmo momento, uma conta redutora no ativo imobilizado é registrada em contrapartida à uma conta redutora da conta de "Contratos a executar".

Ao final do projeto, em geral, o valor residual do bem é reconhecido como receita de doações e transferido para a propriedade do Instituto e, consequentemente, registrado como imobilizado sem restrição. Essa política vem sendo adotada visto que, historicamente, os bens são doados à Instituição.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil residual do imobilizado, e são reconhecidos na conta de "Outras despesas operacionais".

(b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil residual do componente que tenha sido reposto por outro é reconhecido no resultado do período. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.9 Depreciação e amortização

A depreciação e amortização são calculadas sobre o valor depreciável ou amortizável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo durante o prazo de vida útil do bem.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação e amortização de bens do Instituto (bens sem restrição) são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do ativo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação e amortização de bens destinados exclusivamente para a execução de projetos (bens com restrição de uso) são contabilizadas em contas retificadoras do imobilizado e do intangível. A depreciação e amortização são realizadas pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente estão apresentadas na Nota 5.1.

Os métodos de depreciação e amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é considerado o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o valor recuperável dos ativos.

3.11 Contratos a executar

Nessa rubrica são registradas as obrigações com os financiadores, decorrentes de projetos em que o recebimento de recursos financeiros pelo Instituto foi maior que as suas aplicações. Ao final de cada exercício, a administração avalia se a movimentação de cada projeto gera um crédito ou obrigação com cada financiador, e mantém o saldo na rubrica "Contratos a executar" (obrigação) ou na rubrica "Contratos a receber" (direito).

3.12 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

3.14 Outros direitos e obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial, por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizadas com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras.

3.15 Taxa Administrativa

A Taxa Administrativa é um percentual do custo direto do projeto definido em contrato que garante a operação do departamento administrativo do IPAM. O reconhecimento da taxa administrativa acontece na proporção de 25% no início do projeto, sendo que nessa fase a maior parte das despesas administrativas para a concretização dos acordos é incorrida, e os demais 75% são reconhecidos conforme a execução do projeto – conforme custo incorrido (execução financeira) do projeto.

3.16 Isenções e Benefícios Fiscais do IPAM

O IPAM por ser uma entidade científica sem fins lucrativos goza de isenções e benefícios fiscais tais como:

- Imposto de Renda
- Contribuição Social Sobre o Lucro
- COFINS sobre as receitas próprias
- ISSQN sobre as receitas próprias

3.17 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, conforme as Práticas Contábeis adotadas no Brasil. Até o exercício de 2017 as despesas com projetos, seja pessoal, serviços, compras, etc., foram contabilizadas como gastos diretos nos projetos, sem transitar pelo resultado do exercício do Instituto. A partir de 2018 o IPAM adotou as recomendações do ITG 2002, do Conselho Federal de Contabilidade, que determina a apropriação das despesas e receitas de projetos no resultado.

3.18 Reapresentação das cifras comparativas

(a) Correção de erro – ITG 2002

A Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros", estabelece que as receitas e as despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência.

Em 2018, a administração da Entidade decidiu adotar essa prática contábil para suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e reapresentar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 contemplando as informações relativas a esta prática contábil.

A adoção das práticas contábeis estabelecidas na ITG 2002 exigiu a adequação das demonstrações do exercício 2017 para ter comparabilidade as de 2018, ficando a demonstração do resultado de 2017 com os seguintes itens e valores assim reapresentados:

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>		<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>		
		<u>Original</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>	
RECEITAS DE OPERAÇÕES PRÓPRIAS					
Rateio de custos coletivo	b	1.585.386	(1.585.386)	-	
Outras receitas		2.087.230		2.087.230	
Total		3.672.616	(1.585.386)	2.087.230	
DESPESAS OPERACIONAIS					
Salários e encargos sociais	b	(2.936.437)	1.529.158	(1.407.279)	
Consultorias e serviços	b	(223.481)	56.228	(167.253)	
Despesas com viagens		(172.289)	-	(172.289)	
Despesas com utilidades e aluguéis	c	(270.655)	8.720	(261.935)	
Depreciação e amortização		(80.158)	-	(80.158)	
Despesas gerais	c	(371.673)	(8.720)	(380.393)	
Impostos e taxas	c	(11.884)	11.884	-	
Perdas e danos	c	(39.443)	39.443	-	
Ganho com baixa de bens do ativo imobilizado	c	42.811	(42.811)	-	
Outras receitas/despesas operacionais	c	(35.798)	(8.516)	(44.314)	
Outras despesas operacionais		(768.257)	-	(768.257)	
Total		(4.867.264)	1.585.386	(3.281.878)	
(DESPESAS) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		22.550	-	22.550	
DÉFICIT DAS OPERAÇÕES PRÓPRIAS		(1.172.098)		(1.172.098)	
RESULTADO DE OPERAÇÕES EM PARCERIAS					
RECEITAS DE PROJETOS	a	-	20.940.197	20.940.197	
CUSTOS DOS PROJETOS			(20.940.197)	(20.940.197)	
Salários e encargos sociais	a	-	(10.379.846)	(10.379.846)	
Consultorias e serviços	a	-	(1.619.789)	(1.619.789)	
Despesas com viagens	a	-	(4.347.097)	(4.347.097)	
Parcerias Técnicas	a	-	(3.095.809)	(3.095.809)	
Outros custos dos projetos	a	-	(1.497.656)	(1.497.656)	
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(1.172.098)	-	(1.172.098)	

- a) Demonstração das receitas e custos dos projetos do exercício de 2017;
- b) Os valores de custo de pessoal administrativo e serviços que foram suportados por projetos em 2017 eram apresentados junto com despesas administrativas e para fins de DRE demonstrava a origem dos recursos como receitas de custos rateados. Na reapresentação da DRE de 2017 foram incorporados as receitas e custo de projetos;
- c) Reclassificações de despesas para ficarem nas mesmas nomenclaturas e classificação utilizada em 2018.

3.19 Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

- CPC 06 (R2) "Operações de arrendamento mercantil" - Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) "Operações com arrendamento mercantil" entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 (R1) - "Operações de

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A avaliação dos impactos desta norma está em andamento, mas a Entidade não espera ter impactos materiais decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

4 Caixa e equivalente de caixa

Representam as disponibilidades do Instituto e dos Financiadores, composto por:

	2018	2017
Bancos	825.993	253.031
Aplicação financeira	-	507.147
Total de caixa e equivalente de caixa	825.993	760.178

A Instituto mantém conta de aplicações em instituições financeiras. As aplicações em carteira no exercício são realizadas em títulos de renda fixa os quais detém remuneração vinculada à variação de 94% do CDI.

Em 2018 o Instituto recebeu recursos no final do exercício que ficaram em conta corrente, sendo aplicado somente no início do exercício de 2019.

5 Recursos vinculados a projetos

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais. Há hipóteses em que contratualmente o rendimento deve ser aplicado nas atividades do projeto e em outras o rendimento é revertido como receita administrativa do IPAM.

	2018	2017
Bancos	981.859	597.673
Aplicação financeira	2.820.275	5.241.367
Total	3.802.134	5.839.040

A entidade mantém conta de aplicações em instituições financeiras. As aplicações em carteira no exercício são realizadas em títulos de renda fixa os quais detém remuneração vinculada à variação de 94% do CDI.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Contratos a receber

Composto por valores a receber referentes a contratos já executados, e que os recursos dos doadores serão repassados ao Instituto após a prestação de contas.

Descrição do Projeto	2018	2017
INCRA ATER SR-30	326.453	456.361
PNUD GCF ESTADOS	159.787	-
WHRC INFEWS ANO 2	121.549	-
ELETRONORTE NFS	116.741	-
ECOMETRICA FORESTS 2020	91.978	84.763
INICIATIVA VERDE	58.341	-
NEXGENMAP	24.551	-
GIZ REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	21.710	-
NORAD EDF	17.622	-
ICV VALIDACAR	15.870	-
MOORE TNC MAPBIOMAS	7.352	-
AVINA SEEG	7.200	-
ISA - ENCONTRO INDÍGENA	1.996	-
CLUA GRUPO GZ	868	-
CLUA Monitoramento MT_AM	436	-
SEMA FEF ACRE	141	-
BANCO MUNDIAL PROFOR	-	210.766
FUNDEP Economic Valuation	-	63.198
PNUD BOLSA VERDE	-	40.610
WHRC NSF NITROGENIO 0963	-	27.977
CONSULTORIAS	-	26.030
USAID FT - CONSÓRCIO AIME ANO 4	-	15.269
MOORE CFA WWF	-	10.238
GIZ RONDÔNIA	-	3.240
GIZ MRS_MT	-	3.175
IEB-CEPF CERRADO	-	3.150
MDS 058/2012 - SESAN	-	1.237
IEB-CEPF CERRADO	-	41
	972.595	946.055

7 Adiantamentos concedidos

	2018	2017
Adiantamentos a Funcionários (a)	26.597	66.468
Adiantamentos de Viagem (b)	6.076	14.193
Cartão Corporativo (c)	-	26.226
Adiantamento a Fornecedores (d)	53.779	1.820
Adiantamento ao Governo	146	-
	86.598	108.706

- (a) Adiantamentos que dizem respeito às antecipações de férias.
(b) Adiantamento realizado pelo Instituto somente aos funcionários para arcar com despesas conforme necessidades em viagens, ficando este recurso passível de prestação de contas.
(c) A utilização do cartão segue a mesma política dos adiantamentos concedidos para todos os funcionários. Cada cartão de crédito emitido tem uma conta contábil atrelada para controle dos pagamentos e prestação de contas dos valores utilizados.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

- (d) O adiantamento a fornecedores inclui pagamentos antecipados de despesas apropriadas em 2019, além da reclassificação dos créditos referentes ao título de capitalização que servia de garantia ao contrato de aluguel do escritório de Brasília, que foi resgatado em Janeiro de 2019.

8 Imobilizado

Está registrado pelo custo de aquisição dos bens. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, levando em consideração o período de vida útil e econômica do bem conforme taxas abaixo:

Os grupos do ativo imobilizado são classificados conforme na nota 3.8 e tiveram as seguintes movimentações no ano:

Bens do IPAM – sem restrição de uso

Bens sem restrição de uso		2017	Adições	Doação	Baixas	2018
Movimentação de custo						
Equipamentos de informática - IPAM		141.234	5.079	-	-	146.313
Máquinas e equip. eletrônicos - IPAM		97.293	33.583	-	(2.697)	128.179
Móveis e Utensílios - IPAM		-	77.272	-	-	77.272
Instalações - IPAM		-	13.220	-	-	13.220
Veículos - IPAM		192.000	-	-	-	192.000
Software - IPAM		17.425	-	-	-	17.425
Total Custo		447.951	129.154	-	(2.697)	574.409
Movimentação de depreciação	Taxa de depreciação a.a.	2017	Adições	Doação	Baixas	2018
Equipamentos de informática - IPAM	17%	(103.627)	(12.783)	-	-	(116.410)
Máquinas e equip. eletrônicos - IPAM	17%	(72.159)	(8.551)	-	3.031	(77.679)
Móveis e Utensílios	20%	-	(1.981)	-	-	(1.981)
Instalações - IPAM	20%	-	(275)	-	-	(275)
Veículos - IPAM	10%	(143.554)	(4.620)	-	-	(148.174)
Software - IPAM	50%	(17.425)	-	-	-	(17.425)
Total Depreciação		(336.765)	(28.210)	-	3.031	(361.944)
Total sem restrição de uso		111.186	100.944	-	334	212.465

Bens de Projetos – com restrição de uso (*)

Bens com restrição de uso		2017	Adições	Doação	Baixas	2018
Movimentação de custo						
Edificações e prédios - projetos		30.004	-	-	-	30.004
Equipamentos de informática - projetos		418.165	74.229	-	(2.745)	489.649
Máquinas e equip. eletrônicos - projetos		336.693	49.612	-	(5.181)	381.124
Veículos - projetos		253.400	-	-	-	253.400
Software - projetos		65.983	6.385	-	(3.192)	69.176
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.310	-	-	-	1.310
Total Custo		1.105.555	130.226	-	(11.118)	1.224.663

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação de depreciação	Taxa de depreciação a.a.	2017	Adições	Doação	Baixas	2018
Edificações e prédios - projetos	4%	(18.618)	(774)	-	-	(19.392)
Equipamentos de informática - projetos	17%	(188.857)	(72.595)	-	3.743	(257.709)
Máquinas e equip. eletrônicos - projetos	17%	(143.428)	(58.873)	-	5.181	(197.120)
Veículos - projetos	10%	(155.250)	(15.204)	-	-	(170.454)
Software - projetos	50%	(65.983)	(3.193)	-	-	(69.176)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50%	(1.310)	-	-	-	(1.310)
Total Depreciação		(573.446)	(150.639)	-	8.924	(715.161)
Total com restrição de uso		532.109	(20.413)	-	(2.194)	509.501

(*) Bens de projetos com restrição de uso - demonstra os bens adquiridos por meio de contratos para utilização exclusivamente na execução de projetos. Existem previsões contratuais de alguns projetos que estabelecem que após o encerramento dos mesmos os bens adquiridos, através de seus recursos passarão a ser da Instituição.

9 Obrigações sociais e trabalhistas

	2018	2017
Salários, Férias e 13 a pagar	1.336	1.003
Provisão FGTS	67.587	61.666
Provisão INSS	169.278	166.037
Provisão PIS	10.253	9.866
Provisão Férias e encargos	1.103.008	1.176.310
Provisão 13 Salário	-	(602)
Provisão Multa Rescisória	330.584	107.998
Pensão Alimentícia	2.064	3.195
Outros Encargos	581	411
Total	1.684.691	1.525.884

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Contratos a executar

Descrição do projeto	2018	2017
NORAD OCF	783.476	930.457
BNDES ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS	608.231	608.231
MS CIÊNCIA E COMUNICAÇÃO	500.000	-
EMBNOR CONSERV	452.077	1.379.594
MOORE PRÓ DESIGNAÇÃO	408.918	1.093.289
MAPBIOMAS	375.304	78.594
GIZ ECO MERCADOS VERDES	228.855	145.379
MOORE UC	138.293	728.102
IDRC AgWIT	97.000	134.424
CEPF - MAPEAMENTO DE COMUNIDADES INVISÍVEIS	92.650	-
NORAD EII ATER	90.460	-
AVINA CADES IPS	84.840	-
TNC CFA 2	78.327	-
EDF MATO GROSSO	72.075	-
ILD COMUNIDADES RURAIS DO TAPAJÓS	57.627	-
ISA MAPBIOMAS RAISG	47.750	-
EDF EQUAÇÃO	46.668	-
GOOGLE TIDES -ACI	41.843	208.776
MAX PLANCK TFP 2	28.326	-
SEMA ACRE ZEE	22.963	-
AVINA SEEG	10.935	65.043
PDRSX 031/2013	10.742	10.742
RFN: DA CRIA AO BIFE	10.525	-
EDF COP	10.296	-
PDRSX 026/2013	7.916	7.916
MOORE CFA TNC	1.479	55.082
CLUA CONSERV	144	108.069
USAID FT - CONSORCIO AIME ANO 4	538	-
BANCO MUNDIAL PROFOR	279	-
EDF COP	21	-
GIZ ACRE	4	369
ATER	-	102.121
NORAD EDF	-	97.243
GoOGLE TIDES ACI 2	-	54.529
CLUA Monitoramento MT_AM	-	49.525
CONSORCIO AIME ANO 2	-	47.329
WHRC INFIEWS	-	43.443
CLUA GRUPO GZ	-	30.385
INICIATIVA VERDE SAF	-	17.983
DIAGNOSTICO AGRIC FAMILIAR	-	13.560
CONSORCIO AIME ANO 4	-	3.204
058/2012 –SESAN	-	1.237
PROVISÃO PROJETOS (AJUSTES)	-	1.186
CFA NWF	-	310
	4.308.562	6.016.122

Composto pelos valores recebidos financeiramente referentes aos projetos aprovados em contrato junto aos financiadores, deduzido das respectivas despesas do projeto executadas até a data do balanço.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao final de cada período são identificados saldos orçamentários de projetos encerrados e que já tiveram as prestações de contas aprovadas. Para os saldos em que não há previsão de execução, é feita uma provisão para ajustar estes valores até decisão da Assembleia Geral para efetuar a baixa deste saldo. Estas situações ocorrem principalmente por causa de variação cambial (é previsto um valor em Reais maior ou menor do que de fato é recebido), ou porque contratos podem ser encerrados antes do tempo previsto ou porque houve rendimento financeiro não utilizado pelo projeto.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Captação e Execução de Recursos classificados por fonte de financiamento (em reais)

Descrição	Entidades Internacionais	Entidades Privadas Nacionais	Entidades Públicas Nacionais	Consultorias	Provisão De Ajuste Encerramento De Projetos	Total
Saldo a receber em 31 de dezembro de 2017	8.231.754	365.961	2.015.728	-	-	10.613.443
Orçamento 2018	12.000.801	2.173.956	4.509.923	2.541.776	-	21.226.456
Ajuste de orçamento 2018	(252.095)	(63.585)	-	315.680	-	-
Recebimentos/Rendimentos	(16.309.307)	(1.328.375)	(1.171.245)	(409.758)	-	(19.218.685)
Saldo a receber em 31 de dezembro de 2018	3.671.153	1.147.957	5.354.406	2.447.698	-	12.621.214
Saldo a executar em 31 de dezembro de 2017	13.187.792	339.404	2.181.157	(26.030)	1.186	15.683.509
Orçamento 2018	12.000.801	2.173.956	4.509.923	2.541.776	-	21.226.456
Execução 2018	(18.125.747)	(645.057)	(1.155.924)	(621.621)	-	(20.548.349)
Ajuste de orçamento 2018	(758.566)	(72.597)	(15.080)	372.971	(1.186)	(474.458)
Saldo a executar em 31 de dezembro de 2018	6.304.280	1.795.706	5.520.076	2.267.096	-	15.887.158

O quadro demonstra que em 2018 foram captados R\$ 21.226.456 em novos contratos para serem executados no primeiro ano de projeto. Houve execução de projetos o total de R\$ 20.548.349 e um saldo a executar orçado para os exercícios seguintes no valor de R\$ 15.887.158.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Processos judiciais e contingências

O Instituto não possui causas judiciais e processos administrativos em aberto perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A legislação do COFINS está sendo analisada pela assessoria jurídica do IPAM para definir qual a alíquota correta a ser aplicada sobre suas receitas, por haver questionamento no âmbito administrativo e judiciário quando se trata de entidades sem fins lucrativos. Aplicando o princípio da prudência passou a fazer uma reserva de contingência passiva caso a análise seja desfavorável a entidade, sendo provisionado referente 2018 o montante de R\$86.222.

13 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração incluindo salários, honorários e benefícios variáveis de curto prazo totalizou R\$ 1.397.234 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.149.318 em 2017).

14 Patrimônio social

O patrimônio social do IPAM é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits dos exercícios anteriores. O patrimônio social acumulado até 31 de dezembro de 2018 é negativo no montante de R\$ 589.190 (R\$ 156.276 em 2017).

15 Receita com Taxa Administrativa

Contratualmente é destinado um percentual dos recursos de projetos para suprir o custo administrativo da entidade, que varia de 7% a 20% do montante de custos diretos do projeto – o que representa 6,5% 16,67% do valor total do contrato. (ver nota 3.15 para mais detalhes).

	2018	2017
GIZ ECO MERCADOS VERDES	277.715	-
NORAD OCF	236.211	162.574
MOORE PRÓ DESIGNAÇÃO	163.741	50.419
RFN	128.897	-
ECOMETRICA FORESTS 2020	96.225	102.043
SEMA ACRE ZEE	79.947	-
MOORE TNC MAPBIOMAS	78.449	191.861
BANCO MUNDIAL - PROFOR	71.144	75.745
MAX PLANCK - 2018	58.856	-
EMBNOR_CONSERV	58.626	46.562
TNC CFA 2 Ano 1	57.934	-
PNUD BOLSA VERDE	49.600	75.582

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018	2017
WHRC INFEWS	41.555	5.947
MOORE UC	37.205	201.207
INICIATIVA VERDE SAF	36.994	4.563
USAID FT - CONSÓRCIO AIME	33.053	-
CEBDS COALIZÃO	32.400	-
IDL COMUNIDADES RURAIS DE TAPAJÓS	30.575	-
GIZ REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	23.214	-
NEXGENMAP	21.653	-
AVINA SEEG	20.640	8.100
NORAD EDF	18.767	21.107
CSF INFRAESTRUTURA	18.385	-
NORAD EII ATER	17.477	17.645
ICV VALIDACAR	15.870	-
CEPF - MAPEAMENTO DE COMUNIDADES INVISÍVEIS	14.898	-
TNC MAPBIOMAS	14.086	1.269
EDF COP	10.981	-
GIZ MRS_MT	9.524	3.175
GIZ RONDÔNIA	8.087	-
GOOGLE TIDES -ACI	7.436	74.365
MOORE CFA WWF	185	116.180
EMBNOR_NICFI	-	87.056
ATER BOM JARDIM	-	67.813
TFP	-	66.509
MOORE CFA TNC	-	65.287
AF MT	-	64.817
CLUA MONITORAMENTO MT_AM	-	61.473
FT	-	57.522
CLUA NIC FI	-	42.852
ATER SR-30	-	37.441
NSF CGOo965	-	32.382
CLUA GRUPO GZ	-	22.266
CDKN - FARN	-	21.575
MOVIMENTOS SOCIAIS	-	21.141
WRI BRASIL - VERENA	-	20.540
EDF FORUM	-	17.752
EDF AMAZON DAY	-	14.476
Universidade de Chicago-Intercâmbio 2	-	13.090
DEMAIS ENTIDADES	39.292	138.210
	1.809.622	2.010.546

16 Despesas com salários e encargos sociais

	2018	2017
Salários e encargos (*)	1.019.877	1.403.031
Capacitação	-	292
Exames /Medicamentos	130	3.577
Vale transporte	10.012	379
	1.030.019	1.407.279

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Como parte do programa de redução de custos, houve, em 2018, tanto (i) redução dos custos com pessoal administrativo, (ii) maior alocação em projetos para as pessoas envolvidas diretamente neles (caso da área de controladoria, compras e corpo diretivo) e também (iii) menor alocação de pessoal da área de pesquisa nessa rubrica.

17 Consultorias e Serviços

	2018	2017
Serviços de informática (*)	210.941	121.585
Serviços de auditoria (**)	44.544	25.983
Serviços jurídicos (**)	41.042	3.317
Outros serviços	-	16.368
	<u>296.527</u>	<u>167.253</u>

(*) Em 2018 o IPAM finalizou a implementação de seu novo sistema de gestão, o ERP SANKHYA, dispendendo mais recursos na categoria “Serviços de informática”, onde as horas de consultores técnicos para implementação foram alocadas.

(**) Na rubrica “Serviços de Auditoria” e “Serviços Jurídicos”, o aumento se deu pois somente parte desses gastos foram alocadas nos custos diretos de projetos, o que ocorreu em maior parte no ano de 2017.

18 Despesas com Utilidades e Serviços

	2018	2017
Água	348	2.126
Energia	28.577	23.348
Internet	28.403	13.528
Seguros	6.060	9.232
Telefonia fixa	17.602	33.987
Telefonia móvel	81.424	29.624
Aluguéis (*)	<u>410.200</u>	<u>150.090</u>
	<u>572.614</u>	<u>261.935</u>

O IPAM mudou sua sede administrativa em Brasília, onde ficam mais de 65% do seu pessoal, para uma área maior. Durante o período de obras, mesmo com uma carência negociada, observou-se um custo significativo por alguns meses que incorreram custos com dois escritórios. Adicionalmente, também foram pagos com recursos da taxa de administração os escritórios de Belém (todo o ano) e alguns meses dos demais escritórios do Pará.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Despesas gerais

	2018	2017
Alimentação/lanches	5.842	28.456
Bens pequeno valor	4.966	193
Cartório	125	2.610
Combustível/lubrificantes	4.876	1.332
Confraternizações	2.000	3.095
Copa / cozinha / refeitório	427	5.486
Correios/malotes	4.551	7.470
Edição e diagramação	4.330	-
Impressos / livros / revistas	3.284	857
Material de escritório	15.850	6.166
Material de informática	286	4.494
Material de limpeza	3.471	1.288
Material de manutenção predial e bens	29.075	1.481
Juros e multas	-	10.147
Revistas e publicações	8.675	100
Serviço de entregas	1.064	145
Serviços de terceiros PF	17.185	12.138
Serviços de terceiros PJ	196.455	269.895
Segurança	5.550	1.250
Outras despesas	30.942	23.790
	338.954	380.393

20 Ganhos/Perdas no encerramento dos projetos

	2018	2017
ARAPYAU MAPBIOMAS	(1.883)	-
AVINA SEEG	(3.138)	-
BANCO MUNDIAL - FUNDEP ECONOMIC VALUTION	442	-
BANCO MUNDIAL PROFOR	225.141	-
CEBDS COALIZÃO	70.706	-
CLUA CONSERV	(1.756)	-
CSF - INFRAESTRUTURA	65.555	-
EDF ACRE	32.140	-
GIZ ACRE	368	-
GIZ ACRE CONFLITOS AGRÁRIOS	(934)	-
GIZ MRS_MT	(7.640)	-
GIZ REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	0	-
GIZ RONDÔNIA	3.106	-
GOOGLE TIDES - ACI	41.753	-
IEB-CEPF CERRADO	(40)	-
ISA - ENCONTRO INDÍGENA	3.388	-
MOORE CFA NWF	231	-
MOORE CFA TNC	(1.202)	-
MOORE CFA Wwf	8.581	-
PNUD BOLSA VERDE	(3.689)	-
PROVISÃO PROJETOS (AJUSTES)	1.186	-
Recurso de Consultorias	(26.030)	-
USAID FT - CONSÓRCIO AIME ANO 4	42.151	-
USAID FT - CONSÓRCIO AIME ANO 5	2.056	-
WHRC INFIEWS	(117)	-
WHRC NSF NITROGENIO o963	9.004	-
	459.379	-

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 **Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

Eventuais ganhos ou perdas no encerramento de projetos consideram o valor apurado final relacionados a (i) ganho/perda cambial entre o montante recebido e executado, (ii) resultado financeiro líquido, contemplando a diferença (positiva ou negativa) entre receitas com aplicação de recursos financeiros e despesas financeiras, tais como tarifas e taxas, e/ou (iii) execução acima ou abaixo do orçado originalmente, e que contratualmente no encerramento do projeto deve ser suportado (quando perda) ou absorvido (quando ganho) pela entidade.

21 Instrumentos financeiros

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela Instituição e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de contratos e termos de cooperação. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitas somente transações com entidades de grande porte e baixo risco. Os limites de riscos individuais de credores são determinados com base em classificações internas de acordo com históricos de relacionamento.

Risco de liquidez

O principal risco relacionado à liquidez refere-se ao monitoramento dos recursos recebidos antecipadamente e as suas utilizações na realização dos projetos. Essa liquidez é administrada por meio do monitoramento dos recursos e obrigações conforme demonstrados a seguir:

	2018	2017
Recursos vinculados a projetos (nota 5)	3.802.134	5.839.040
Contratos a receber (nota 6)	972.595	946.055
Contratos a executar (nota 10)	(4.238.539)	(6.016.122)
Exposição líquida	536.190	768.973

22 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros do Instituto era composta por R\$ 500.000 para incêndios, raios, explosões, fumaça e quedas de aeronave, R\$ 50.000 para cada veículo e R\$4.000.000 para administradores. Adicionalmente, o IPAM também faz seguro para os veículos (próprios ou de projetos) no valor de mercados, além de danos materiais ou corporais (R\$ 50.000 cada).

* * *